

Contra o imposto sindical e a unicidade

Pela sustentação financeira independente do Estado e pela liberdade de organização sindical

O imposto sindical e a unicidade existem no Brasil desde a década de 1940. São instrumentos da concepção sindical chamada "corporativista". Ela busca subordinar os interesses dos trabalhadores ao dos patrões por meio de uma aparente conciliação. Foi mantida pelos sucessivos governos porque bloqueia a organização dos trabalhadores e mantém os sindicatos atrelados ao Estado.

■ A revogação do título 5 da CLT é bandeira histórica da CUT

Foi a construção da CUT, em 1983, que colocou num patamar superior a luta por liberdade e autonomia sindical. A unidade então construída pelos trabalhadores abalou a estrutura sindical corporativista, que era um dos pilares da ditadura. Mas a luta não é linear. Essa estrutura ainda não foi derrubada. O Título 5 da CLT é o que institui o atrelamento dos sindicatos ao estado. Sua revogação sempre foi levantada pela CUT. Por isso, a CUT sempre foi muito atacada pelos governos, pelos patrões e pelos setores que se situam à direita no espectro político.

■ O Sindsep-DF é contra e sempre devolve o imposto sindical, quando recebe

Desde sua fundação, em 1987, o Sindsep-DF trabalha para derrubar o imposto sindical. A sustentação financeira do Sindsep-DF é feita exclusivamente pela mensalidade dos associados. Nos poucos setores – empresas públicas – em que o governo repassa o imposto, o Sindsep-DF faz regularmente a devolução aos trabalhadores.

Por isso, foi naturalmente que o Sindsep-

DF participou da ampla resistência verificada na base da CUT contra a chamada "reforma sindical". Os filiados do Sindsep-DF decidiram que era errado participar dos Fóruns tripartites (governo, patrões e trabalhadores) organizados pelo atual governo. A resistência na base da CUT fez com que a "reforma" não saísse do papel. Foi mantida a bandeira da liberdade sindical.

■ A luta por liberdade num novo patamar

Posteriormente, foi editado o PLP 1990/07 (Lei 11.648), que também sofreu resistências na base da CUT porque mantinha o imposto sindical e a unicidade. A oposição do Sindsep-DF foi expressa desde o início. Em 05.08.08, o governo firmou um compromisso com a CUT e outras centrais para enviar

ao Congresso um Projeto de Lei acabando com o Imposto Sindical. O mesmo projeto iria prever a chamada "contribuição negociada" (uma taxa, decidida em assembléia, após a assinatura de acordos coletivos).

O Sindsep-DF também já firmou posição contra a "contribuição negociada". Mas essa é outra questão. Neste momento, o que está em jogo é a luta incondicional pela liberdade e autonomia sindical.

Há poderosos interesses em favor da manutenção do imposto e da unicidade sindical. Também há a oportunidade de revogá-los. É o momento de todos aqueles que não têm rabo preso nem com o governo e nem com os patrões se unirem, junto com a CUT, para acabar com esses dispositivos legais.

■ O que é o imposto sindical e quem o recebe

Um dia de trabalho por ano descontado em abril e repassado para a confederação (5%), central sindical (10%), federação (15%), sindicato (60%) e conta especial Emprego e Salário (10%). Geralmente, é a distribuição do imposto sindical que provoca as disputas judiciais para decidir quem "representa" a categoria.

■ O que é a unicidade sindical

Unicidade é o direito legal do Estado - dos patrões!- decidir qual sindicato representa os trabalhadores (Decreto-lei nº 5.452, art. 516 e Constituição Federal art. 8º, inciso II). É por isso que há tanta disputa por "base sindical". A unidade, ao contrário, é a busca consciente dos próprios trabalhadores pela realização de campanhas e movimentos comuns, envolvendo uma ou mais entidades que os próprios trabalhadores organizam livremente.

■ Exemplos de entidades contrárias ao imposto sindical e à unicidade

CUT, Condsef, Sindsep-DF

■ Exemplos de entidades que são a favor do imposto sindical

Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST) e a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB)

▶ MPs 440 e 441

A tramitação

A partir desta segunda-feira (13.10), as Medidas Provisórias 440 e 441/08 passam a trancar a pauta do plenário da Câmara dos Deputados. Mas, antes delas, ainda precisam ser votadas outras quatro MPs (436, 437, 438, 439) e três projetos de lei (PLs 3674, 3775 e 3776, todos também trancando a pauta). As MPs até podem passar na

frente dos PLs, mas isso depende de um acordo entre os parlamentares e o governo. O prazo de validade das MPs é até dia 5 de fevereiro de 2009.

A votação das emendas

A expectativa no Congresso é que as emendas às MPs 440 e 441 sejam votadas somente após o segundo turno das eleições municipais (26 de outubro).

Antes disso deverão ser nomeados os relatores, o que ocorre após a leitura das MPs em plenário. Cada relator terá um prazo estabelecido pelo presidente da mesa diretora para apresentar o seu parecer que também é votado em plenário. As MPs voltam à pauta da Ordem do Dia do plenário da Câmara quando vencido o prazo de apresentação do parecer.

Retroativo só em novembro

A SRH comunicou que os retroativos e as correções de valores apurados nas MPs 440 e 441 sairão apenas em novembro. Também confirmou que, para isso, será rodada uma folha suplementar. O Sindsep-DF e demais entidades filiadas à Condsef continuam exigindo que o Planejamento dê prioridade para regularizar esses pagamentos.



Greve entra na segunda semana

▶ **DNIT**

Categoria intensifica a greve

Apesar da intransigência do governo - que tentou impor o fim da greve para reabrir negociações (saiba mais em www.sindsep-df.com), os servidores do DNIT decidiram intensificar a greve nacional iniciada dia 06.10. O movimento cobra o cumprimento integral do acordo salarial firmado com a categoria, quebrado na MP 441/08. Os servidores também exigem o atendimento de outras reivindi-

cações, em especial a realização de concurso público para recompor a força de trabalho.

No dia 09.10, representantes dos servidores encaminharam ao Planejamento um documento reiterando a necessidade da retomada das negociações. Na segunda-feira, dia 13.10, às 10h, os servidores se reúnem em assembléia para discutir estratégias de intensificação da luta.



Campanha "Eu quero a minha GSISTE" continua

▶ **MPlanejamento**

Paralisação consegue audiência pela GSISTE

Foi um sucesso o ato dos servidores do Planejamento (blocos C, K e lotados no DNIT) no dia 8.10. A expressiva presença, inclusive com apoio parlamentar, levou a SRH a aceitar rediscutir a distribuição da Gratificação Temporária dos Órgãos Centrais (GSISTE) a todos os servidores do órgão. Será

no dia 6.11. Até lá a mobilização continua. Toda quarta-feira pela manhã, haverá concentração na porta do Ministério com os servidores mobilizados para sensibilizar as chefias e os dirigentes do Planejamento da importância de distribuir a GSISTE para todos. Saiba mais em www.sindsep-df.com.br.

Paralisação pela distribuição da GSISTE
Quarta-feira - 15.10 - das 8h às 11h
Em frente ao Bloco C

▶ **AGU**

Plano de carreira única e para todos

Na primeira reunião para tratar da instalação do Grupo de Trabalho (GT) dos servidores da AGU, dia 8.10, a SRH/Planejamento garantiu que a portaria do GT será publicada nesta semana. Nova reunião está agendada para o dia 5.11. As discussões iniciais terão como base a proposta de 2005, construída na mesa setorial.

Ao mesmo tempo, a direção da AGU criou um GT interno. Dele participam membros da associação de servidores administrativos do órgão, nomeados pela Portaria 1378 (publicada no Boletim de Serviço de 26.09.08). Esse GT apresentará outra proposta (bancada do governo) para ser discutida no GT do MPlanejamento.

O Sindsep-DF e a Condsef estão com as assessorias jurídicas trabalhando para subsidiar o debate no GT do Planejamento e neutralizar toda e qualquer armadilha do governo. Pelo plano de carreira único e para todos os servidores da AGU!

Leia mais em www.sindsep-df.com.br

▶ **Funasa**

Ato contra esvaziamento do órgão

Os servidores da Funasa realizam na segunda-feira (13.10) um ato contra a criação da Secretaria de Atenção Primária e Promoção da Saúde. Os servidores irão se concentrar no Espaço do Servidor, a partir das 10h, e depois seguir para o Ministério da Saúde. O Projeto de Lei (PL) 3.958 transfere atribuições da Funasa para o Ministério da Saúde.

30 horas - em assembléia dia 7.10, os servidores da Funasa aprovaram a proposta do GDF de redução da carga horária de 40 para 30 horas apenas para aqueles que não recebem a GACEN (Gratificação de Atividade e Combate às Endemias), GECEN (Gratificação Especial de Combate às Endemias) e Indenização de Campo.

Leia íntegra em www.sindsep-df.com.br

▶ **Conab**

Discussões do PCS avançam

Desde o dia 7.10, as reuniões de negociação do Plano de Cargos e Salários (PCS) acontecem diariamente, das 15h às 18h, na Superintendência de Modernização e Recursos Humanos da Conab.

O plano está sendo lido minuciosamente com o objetivo de fazer as correções de aspectos legais e propiciar a inserção das reivindicações dos trabalhadores no texto do projeto.

Com base nos quantitativos de servidores, a subseção DIEESE da Condsef está preparando estudos para subsidiar as discussões do PCS e dar sustentabilidade para os apoios políticos que desejam o fortalecimento da Conab.

Para o dia 15.10, está agendada uma reunião da direção da Conab com o Departamento de Coordenação e Controle dos Empregados das Estatais (DEST).

20 anos da Constituição

A Secretaria de Relações Sindicais e Parlamentares do Sindsep-DF, Thereza Alencar, representou o sindicato na inauguração da exposição "20 Anos da Promulgação da Constituição Federal", no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, dia 7.10. Com vídeos, fotos e documentos sobre o período Constituinte (1987-1988), a exposição se encerra em 2 de novembro.

Atendimento Avançado do Sindsep-DF

Informe-se sobre ações que podem ser ajuizadas; formação sindical; filiação, além encaminhar críticas e sugestões. Estes são os locais, dias e horários de atendimento:

- **Conab** - segunda a sexta-feira - 9h às 17h - na sede da Asnab
- **Ministério da Saúde** - segundas, quartas e sextas-feiras - 9h às 13h - na sala de reunião da CAS/MS, térreo Ala B.
- **Ministério da Fazenda** - segunda a quinta-feira - 13h às 17h - na sala denominada Espaço do Trabalhador, próximo ao restaurante.
- **Espaço do Servidor** (Esplanada dos Ministérios) - de segunda a sexta-feira - 8h às 17h (sem intervalo para almoço).

AGENDA

- 16.10** - quinta-feira - reunião da assessoria jurídica do Sindsep-DF com os **demitidos do governo Collor da Conab** que perderam os prazos de requerimento da CEI - 19h - auditório do Sindsep-DF
- **14.10** - terça-feira (manhã) - mobilização **dos servidores do MMA** para cobrar do ministro sua posição quanto aos pontos da pauta de reivindicações dos servidores do MMA e empenho junto à SRH/MPOG
- **17.10** - sexta-feira - segunda reunião do GT de reestruturação da Cema e Pecma (MMA/Ibama/ICMBio) com vigília dos servidores do MMA

Leia mais em www.sindsep-df.com.br

MFazenda

Instalação do GT do PECFAZ não acontece e já preocupa fazendários

EXPEDIENTE: Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal - SINDSEP/DF - Fone: 3212-1900. Colaboraram nesta edição: Colaboraram nesta edição: Colaboraram nesta edição: Carlos Henrique, Cleusa Cassiano, Dayse Cristina, Edison Cardoni, Enos Barborá, Jó Queiroz, Oton Neves, Roberto Glauber, Thereza Alencar - Secretaria de Comunicação e Imprensa: Edison Cardoni (Coordenador), Egaz Ramirez e Dayse Cristina (adjuntos) - Jornalista: Giselle do Valle DF2361JP - Assistente de Redação: Leide Santos - Diagramação: André Filho - Fotos: Jane Franco - Tiragem: 14.000 - Impressão: Intergral - Contribua com a elaboração do "Esplanada Geral". Envie as notícias do seu local de trabalho para os endereços eletrônicos: imprensa@sindsep-df.com.br ou cardoni@sindsep-df.com.br.